

GADOTTI, Moacir. “Cidadania Planetária”. In: GUTIÉRREZ, Francisco. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 1999.

Apresentação à edição brasileira

CIDADANIA PLANETÁRIA

Este é um livro que tenho realmente muita satisfação em prefaciar. Não é apenas pela amizade que me une a Francisco Gutiérrez e a Cruz Prado, mas pelo tema que está me seduzindo cada vez mais a Terra, a cidadania planetária. Ele me lembra muito minha infância, vivida em contato diário com a terra, lavrando-a, trabalhando na roça com meus pais em Rio Belo, Santa Catarina. Este livro me faz lembrar que pertencemos à Terra, com letra maiúscula e com letra minúscula. É um tema que cabe muito bem a um guia de escola que pretende ser cidadã, cidadã de um mesmo planeta.

Particpei na Rio 92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento), chamada de “Cúpula da Terra”, que elaborou e aprovou a Agenda 21, e do Fórum Global 92, na mesma época, como um dos coordenadores da Jornada Internacional de Educação Ambiental, que elaborou o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis de Responsabilidade Global”. Em dezembro de 1998, em Cuiabá, o Instituto Paulo Freire, e o Instituto Creatio, com o apoio do governo do estado do Mato Grosso e de outros organismos nacionais, como a ABONG (Associação Brasileira de ONGs), e internacionais, com o Conselho da Terra e a UNESCO, realizaram a “Conferência Continental das Américas”, da Carta da Terra, em documento que deverá se constituir no equivalente à Declaração Universal dos Direitos Humanos. A primeira versão da Carta da Terra foi aprovada na Rio 92. Parece-me ainda hoje muito verdadeiro e atual o lema escolhido naquela data: “A Terra é uma só nação e os seres humanos seus cidadãos”. Mas falta realizá-lo na prática. Os esforços foram muitos, mas os êxitos ainda são poucos. Iniciativas, como o lançamento deste livro, contribuem com esse indispensável movimento por uma vida saudável na Terra.

Numa das canções de Milton Nascimento ele diz: “Estrangeiro eu não vou ser. Cidadão do mundo eu sou”. Creio que se as crianças de nossas escolas entendessem em profundidade o significado dessas palavras, estariam iniciando uma verdadeira revolução pedagógica e curricular. Como posso sentir-me estrangeiro, se pertenço a um único território, a Terra? Se sou cidadão do mundo, não podem existir para mim fronteiras. As diferenças culturais, geográficas, raciais e outras enfraquecem diante do meu sentimento de pertença à Humanidade.

Mas será que realmente somos cidadãos/cidadãs do mundo?

A noção de cidadania planetária (mundial) sustenta-se na visão unificadora do planeta e de uma sociedade mundial. Ela se manifesta em diferentes expressões: “nossa humanidade comum”, “unidade na universidade”, “nosso futuro em comum”, “nossa pátria comum”. Cidadania Planetária é uma expressão que abarca um conjunto de princípios, valores, atitudes e comportamentos e demonstra uma nova percepção da Terra, como uma única comunidade. Frequentemente associada ao “desenvolvimento sustentável”, ela é muito mais ampla do que essa relação com a economia. Trata-se de um ponto de referência ético indissociável da civilização planetária e da ecologia. A Terra é “Gaia”, um superorganismo vivo e em evolução, o que for feito a ela repercutirá em todos os seus filhos.

A cidadania planetária supõe o reconhecimento e a prática da planetaridade, isto é, tratar o planeta como um ser vivo e inteligente. Como afirmam Francisco Gutiérrez e Cruz Prado neste livro, a planetaridade deve levar-nos a sentir e a viver nossa cotidianidade em relação harmônica com os outros seres do planeta Terra.

Como se situa o movimento ecológico diante desse tema?

É importante notar, como afirma Alicia Bárcena na apresentação desse livro, que “a formação de uma cidadania ambiental é um componente estratégico do processo de construção da democracia”. Para ela, a cidadania ambiental é verdadeiramente planetária, pois no movimento ecológico o local e o global interligam. A derrubada da floresta amazônica não é apenas um fato local: é um atentado contra a cidadania planetária.

O ecologismo tem muitos e reconhecidos méritos na colocação do tema da planetaridade. Foi pioneiro na extensão do conceito de cidadania no contexto da globalização e também na prática de uma cidadania global, de tal modo que hoje a cidadania global e ecologismo fazem parte do mesmo campo de ação social, do mesmo campo de aspirações e sensibilidades. Porém, a cidadania planetária não pode ser apenas ambiental, já que existem agências de caráter global com políticas ambientais que sustentam a globalização capitalista. A cidadania planetária deverá ter como foco a superação da desigualdade, a eliminação das sangrentas diferenças econômicas e a integração da diversidade cultural da humanidade. Não se pode falar em cidadania planetária ou global sem uma efetiva cidadania na esfera local e nacional. Ela é essencialmente uma cidadania integral, portanto, uma cidadania ativa e plena não apenas nos direitos sociais, políticos, culturais e institucionais, mas também econômicos.

A cidadania planetária implica também a existência de uma democracia planetária. Portanto, ao contrário do que sustentam os neoliberais, estamos muito longe de tê-la alcançado. Ela ainda permanece no campo do projeto humano, e não será alcançada no estreito âmbito do desenvolvimento tecnológico. Ela precisa fazer parte do próprio projeto da humanidade como um todo. Ela não será uma mera consequência ou um subproduto da tecnologia ou da globalização econômica.

Como podemos educar para a cidadania planetária?

Esse é um dos desafios da ecopedagogia. Antes de mais nada, seria necessário definir o que significa educar. Para nós, educar é “impregnar de sentido” as práticas, os atos cotidianos, como sustenta Francisco Gutiérrez. Portanto, a competência do educador tem uma dimensão ética, pela própria natureza do seu quefazer. A ética não é mais uma coisa, um conteúdo, uma disciplina, um conhecimento que se deve acrescentar ao quefazer educativo. É sua própria essência. “Meu novo paradigma é a Terra vista pelos astronautas: os homens vistos como uma única comunidade”, tem afirmado frequentemente Leonardo Boff. Educar para a cidadania planetária supõe o reconhecimento de uma comunidade global, de uma sociedade civil planetária.

As exigências da sociedade planetária devem ser trabalhadas pedagogicamente a partir da vida cotidiana, a partir das necessidades e interesses das pessoas. Para Francisco Gutiérrez, educar para a cidadania planetária supõe o desenvolvimento de novas capacidades, tais como “vibrar emocionalmente”, “inter-conectar-se” e “pensar em totalidade”.

Uma educação para a cidadania planetária deveria nos levar à construção de uma cultura de sustentabilidade, isto é, uma biocultura, uma cultura da vida, da convivência harmônica entre os seres e entre eles a natureza (equilíbrio dinâmico). Paulo Freire nos falava de uma racionalidade molhada de emoção”. Morin nos fala de uma “lógica do vivente” contra a “racionalidade instrumental” evidenciada por Habermas. A cultura de sustentabilidade deve nos levar “a saber selecionar o que é realmente sustentável em nossas vidas”, afirmam os autores desse livro.

É nesse contexto que se pode falar de “ecopedagogia” como uma pedagogia que promove a aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana. Encontramos o sentido ao caminhar, vivenciando o processo de abrir novos caminhos e não apenas observando o caminho. É, por isso, uma pedagogia democrática e solidária.

O que significa promover o sentido das coisas? Ainda segundo Francisco Gutiérrez, que cunhou a palavra “ecopedagogia” no início dos anos 90, promover é “facilitar, acompanhar, possibilitar, recuperar, dar lugar, compartilhar, inquietar, problematizar, relacionar, reconhecer, envolver, comunicar, expressar, comprometer, entusiasmar, apaixonar, amar”.

“Por que não salvar as pessoas antes de salvar o planeta”, perguntou-me recentemente um aluno da USP? Concordei com a pergunta, aliás pergunta que fiz a mim mesmo tantas vezes. Os ecologistas têm argumentado, com razão, que a degradação do planeta atinge principalmente os mais pobres que não podem proteger-se como os ricos, fugindo, por exemplo, da poluição urbana para uma casa de campo. As pessoas e o planeta precisam ser salvos no mesmo projeto de futuro da própria humanidade.

É importante que essa e outras questões sejam colocadas, que a discussão continue em todos os espaços possíveis para que os direitos de cidadania planetária sejam conquistados e mantidos. O

Instituto Paulo Freire, ao lançar mais um volume da sua série “Guia da Escola Cidadã” com o tema da cidadania planetária, deseja dar continuidade à discussão que vem fazendo em torno da “Carta da Terra”, através de muitos encontros e seminários, buscando, na sua prática, tornar realidade o que sustentamos na Rio 92: “A Terra é uma só nação e os seres humanos, seus cidadãos”. Isto também depende de um processo educativo.

Moacir Gadotti

Diretor Geral do Instituto Paulo Freire